

Sistema Municipal de participação popular e cidadã: Uma análise da Plataforma “Decide Contagem”¹

Municipal System of popular and citizen participation: An analysis of the "Decide Contagem" platform

Erica do Carmo²; Joe Campos Costa³; Isabela Melo de Souza⁴

Resumo: Este artigo objetiva analisar a plataforma de participação cidadã online "Decide Contagem", criada em maio de 2022 como a principal proposta de participação social da atual gestão do município de Contagem (2021-2024). A plataforma tem como proposta promover e inserir o município num novo cenário de participação, alargando possibilidades de conhecimento e de interação entre poder público e sociedade e tem como público-alvo os cidadãos como um todo, a sociedade civil organizada, os conselhos de políticas públicas e de direitos, sendo sua aplicação direcionada para momentos participativos como seminários, conferências municipais, consultas públicas etc. Através de uma breve contextualização socioeconômica e política do município de Contagem, da revisão bibliográfica sobre democracia digital, com aplicação e readequação da metodologia de Penteado e Souza (2019), buscou-se trazer contribuições para o campo de estudos de e-participação e para adequações necessárias na referida plataforma. Os resultados indicam que a plataforma analisada é uma importante ferramenta para a consolidação de uma nova era de participação no município, mas é preciso promover a inclusão de um volume maior de cidadãos na sua utilização, assim como aprimorar suas usabilidades.

Palavras-chave: Decide Contagem; participação política; democracia digital;

Abstract: The objective of this study is to analyze the online citizen participation platform of the Municipality of Contagem (Decide Contagem), which was founded in May 2022 under the administration of the current management governed by Marília Campos of the Partido dos Trabalhadores. The platform proposes to inaugurate a new era of participation in the city, allowing knowledge possibilities for public policy and direct councils and participation and information on participatory processes, such as seminars and municipal conferences. Through the bibliographic review on digital

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 08, Governo e Parlamento Digital da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

² Mestre em Administração Pública, na área de Gestão de Políticas Sociais, da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, ericagoodies@gmail.com.

³ Graduando do Curso de Bacharelado em Gestão Pública da UFMG e Analista de Sistemas pela UNITINS/TO, joe.dfq@gmail.com.

⁴ Doutoranda em Comunicação na linha de pesquisa Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, melo.isabela02@gmail.com.

democracy, the application and readjustment of the methodology of Penteado and Souza (2019), we sought to sustain contributions to the field of political participation studies and for necessary adjustments to the platform. The results indicate that the analyzed platform is important for the consolidation of a new era of participation in the municipality, but it is necessary to promote the inclusion of a greater volume of citizens in its use, as well as improve its usability.

Keywords: Decide Contagem; political participation; e-Democracy;

Introdução

A discussão sobre a implementação do direito de acesso à informação e seu potencial efeito nos processos de participação social e política, para que cidadãos possam participar efetivamente da formulação e do controle de políticas públicas, pressupõe que formas de articulação entre democracia representativa e democracia participativa são mais promissoras na defesa de interesses múltiplos; pressupõe também uma disposição dos governantes em compartilhar espaços de poder que tradicionalmente correspondiam à esfera do Estado e que o desempenho de experiências participativas relaciona-se a características dos contextos políticos em que estão inseridas. Sendo assim, o estudo empírico de certas experiências permite conhecer o processo de formulação de políticas públicas e também avaliar o seu real impacto em estruturas administrativas marcadas por baixos níveis de transparência e *accountability* (WAMPLER, 2004). Características da estrutura urbana, social e política de um município influem e devem ser levadas em consideração nas decisões políticas e nos desenhos institucionais das ações a serem implementadas, podendo apontar potencialidades e dificuldades para a real possibilidade de democratização da esfera pública.

Neste contexto insere-se a análise da plataforma "Decide Contagem", implantada pela Prefeitura de Contagem – MG como uma iniciativa de participação cidadã que tem como objetivo atuar em duas esferas: a) no processo de participação, divulgação das ações e agendas institucionais e b) num sistema de participação popular e cidadã, como espaço destinado às representações dos conselhos municipais. A escolha da plataforma "Decide Contagem" se dá por três fatores: a) o pioneirismo da iniciativa de participação política na cidade, por meio de plataforma online; b) os esforços financeiros e

2

humanos materializados para a implementação do projeto e c) a perspectiva de expansão e inauguração de uma “nova era” de participação por parte da gestão pública.

Para os fins deste estudo, na primeira seção é apresentada uma revisão bibliográfica do campo de pesquisa sobre participação política, com recortes temporais, modelos e perspectivas; em seguida, terão destaque algumas considerações sobre o contexto político da cidade de Contagem e suas implicações para a implementação de experiências de gestão participativa, como a Plataforma Decide; na terceira seção, apresenta-se uma proposta de análise adaptada a partir do desenho metodológico de Penteado e Souza (2019).

1. Perspectivas da participação política

A comunicação, a participação política e a adoção de iniciativas digitais no campo das instituições democráticas tornaram-se, nos últimos anos, interesse de pesquisas em diversos campos de conhecimento, tais como ciência política, ciência da informação e comunicação. A bibliografia sobre política e internet é vasta e dedica-se aos mais variados aspectos do fenômeno, a partir de diferentes contextos políticos, sociais, objetos empíricos e plataformas empreendidas. Trata-se de um esforço de compreensão das potencialidades, mas também das limitações dos processos de interação, de trocas e de conversação. Assim sendo, com características diferentes e modus operandi variados, a participação política se refere “às atividades sociais desenhadas, pelo estado ou pela sociedade civil, com o intuito de que os cidadãos interfiram no processo de tomada de decisão política” (CARRETO; BARROS E MATOS, 2019, p. 204).

O advento da internet foi o propulsor das novas formas de participação política. Cardon (2012) destaca que representantes e representados podem, pela internet, sem desconsiderar os mecanismos tradicionais de representação e participação, superar experiências anteriores gerando deliberação ampliada, auto-organização, implementação de coletivos e socialização do saber. Os

meios digitais ampliaram o espaço público, considerado pela sociologia urbana como aquilo que está visível e acessível a todos, enquanto na teoria política, o espaço público está sujeito a critérios que os torna de interesse geral.

No âmbito da interação entre os atores políticos e os cidadãos, Cardon (2012) afirma que a tentativa por parte de instituições públicas de fomentar a deliberação em ambientes digitais não foi bem sucedida. As origens na descentralização e espontaneidade da internet não é convidativa para que cidadãos debatam por encomenda. Segundo ele, a organização informal das coletividades não favorece mecanismos de consulta *on-line*. Em geral, apenas uns poucos cidadãos altamente engajados participam. Citando os estudos de Blondiaux (2008), Monnoyer-Smith (2006) e Benvegna (2006), o autor afirma que a maioria dos debates *on-line* de interesse público encontraram dificuldades. Por sua vez, Aggio (2015) sugere que ambientes online poderão facilitar a diminuição do distanciamento entre a esfera civil e a esfera política, tornando-se estratégias interessantes para a promoção dos processos dialógicos e para a participação civil. Assim, a agrupação de cidadãos interessados em debater questões políticas e deliberarem sobre questões coletivas poderá encontrar a possibilidade de interações discursivas, fomentando a reflexividade e a reciprocidade. Nesse contexto, de fato, a participação política é foco de uma análise interdisciplinar, que suscita diversas percepções, positivas ou não, objetos empíricos, referências e experiências em diferentes ambientes e contextos.

Em seguida, faremos uma breve contextualização do sistema político de Contagem e sua influência sobre o processo de participação cidadã.

2. As especificidades do contexto político e da participação popular da cidade de Contagem – MG

A cidade de Contagem está localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, sendo atualmente a terceira maior economia de Minas Gerais, com

uma população que totaliza 673.849 habitantes, segundo estimativas do IBGE para 2021⁵.

As transformações políticas e sociais pelas quais passou a cidade de Contagem foram historicamente marcadas por relações coronelistas, patrimoniais e clientelistas até a sua emancipação no período republicano e estabeleceram padrões de relações que levaram a uma crescente concentração de terras e poder, apropriação de cargos e recursos públicos por famílias tradicionais. Tais arranjos só começaram a perder força depois do processo de industrialização do município, ocorrido entre as décadas de 1950 e 1960. Nas décadas posteriores, as tensões decorrentes deste processo fizeram surgir diversas organizações socialistas e religiosas com atuação relevante no movimento sindical e estudantil da cidade, sendo o Partido dos Trabalhadores fundado na cidade em 1981. Sobretudo, no decorrer dos anos 80 e 90, apesar da crescente representação destes movimentos no poder executivo municipal, costuras políticas com lideranças coronelistas e das elites industriais locais ainda continuaram necessárias para fins políticos e de governabilidade. Partidos com práticas consideradas conservadoras e clientelistas revezavam-se no comando político da cidade: o PMDB e o PSDB (CARMO, 2007), que em outros municípios, assumiam nuances mais progressistas.

Neste processo, de acordo com Somarriba (1987), do ponto de vista político, principalmente nas relações com as populações periféricas, as administrações geralmente se pautaram pelo estabelecimento de contatos diretos e individuais que dispensavam a ação de grupos organizados, num claro sentido de cooptação de movimentos sociais e associações de moradores, fragilizando e desarticulando o movimento reivindicatório e fortalecendo canais clientelistas como o padrão de relação política, um retrocesso no processo de construção da cidadania e um contraponto às novas e mais competitivas regras eleitorais do período de redemocratização. Como resultado, enfraqueceram-se, por consequência, os mecanismos de

⁵ Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg> >, último acesso em 20/09/2022.

transparência e de prestação de contas à sociedade, especialmente após o crescimento demográfico e a fragmentação do espaço urbano nos anos seguintes.

Entre as décadas de 90 e nos anos 2000, o aprimoramento das regras democráticas de ocupação do poder iniciou um novo movimento de renovação parlamentar, fazendo surgir lideranças municipais desvinculadas da propriedade de terras e de indústrias. Mas foi a partir dos governos do PT, nos anos 2000, que propostas de participação, transparência, governança e *accountability* mais concretas foram implementadas ante a um processo de "descontinuidade nas articulações dos movimentos sociais, perda de força das classes operárias e atuação solitária das Associações de Bairro junto às suas comunidades e nas relações com a Administração Pública" (CUNHA, 2010, p. 10, 11).

Já em 2001, no mandato do Prefeito Ademir Lucas (PSDB), foi criado o Orçamento Participativo (OP) de Contagem, através do Decreto Municipal 11.311, com o nome de Pró-Contagem que, após regulamentado, entrou em funcionamento em 2005, no primeiro mandato da Prefeita Marília Campos (PT), através da Portaria nº 002/2005, da Secretaria Municipal de Planejamento, sendo posteriormente aperfeiçoado por iniciativa do legislativo através da Lei Nº 4.495/2011. Com três edições realizadas durante os dois primeiros mandatos da Prefeita Marília Campos (2004-2012), em 2005, 2007, uma edição *on-line* em 2008 e uma última em 2009. A experiência do Orçamento Participativo em Contagem trouxe uma nova dinâmica para a conformação da participação em processos decisórios, com significativa ampliação da participação dos cidadãos de forma menos tutelada ou cooptada por forças políticas tradicionais, apesar da forte concentração de poder na gestão no que se refere à definição das regras e das agendas para o volume e a destinação dos recursos de investimentos deliberados (CUNHA, 2010).

A literatura pesquisada aponta a estagnação e uma gradual diminuição do percentual de investimentos destinados ao orçamento participativo e a baixa capacidade de execução destes pela máquina administrativa. Além disso, a

ocorrência de um possível afrouxamento na condução do processo pelos gestores, como fatores desmotivantes da participação popular em moldes mais democráticos no município e o enfraquecimento da ferramenta OP como estruturante da participação popular. Assim, nas administrações posteriores, verificou-se uma tentativa de se alinhar a lógica participativa popular ao planejamento municipal, mas que também não alterou a dinâmica de participação de cunho mais imediatista, verificadas pelo tipo de demandas escolhidas (em geral, benfeitorias urbanas nos territórios).⁶

O enfraquecimento e a descontinuidade do OP corroboram para a hipótese da grande dependência da atuação do poder público para o êxito de experiências participativas em contextos de fraca tradição associativa ou *accountability* vertical, tendo como resultado a instrumentalização de um civismo que se contenta em decidir ou influenciar investimentos que satisfazem anseios mais imediatos, o que pode ser um fator desmobilizador de mudanças estruturais, afastando o caráter coletivo de esfera pública que, em experiências de participação democrática como o OP poderiam ser mais efetivas.

Em 2020, a candidata a Prefeita Marília Campos (PT) venceu novamente as eleições com propostas de valorização da democracia participativa, trazendo já no primeiro ano de governo uma nova concepção de participação popular em que diversos canais e processos participativos constituiriam um sistema que, alinhado à tecnologias, permitiriam uma escalada na ampliação da participação e facilitariam a interface de interação e debates públicos. O denominado “Sistema Municipal de Participação Popular e Cidadã”⁷ também abrange as instituições da democracia representativa, como os conselhos de políticas públicas e de direitos e o fortalecimento da

⁶ Segundo gestores entrevistados, no governo Carlin Moura, de 2013 a 2017, a baixa execução das obras escolhidas nos OP’s anteriores, que gerava descontentamento entre os cidadãos, foi o motivo da implantação do chamado “Planejamento Participativo”, processo que objetivava convidar a população a pensar prioridades para a cidade, diferente do OP, na qual os cidadãos geralmente escolhiam demandas de caráter mais territorial. Já na administração Alex de Freitas, os processos participativos foram enfraquecidos, sendo contratada uma empresa terceirizada para realizar levantamentos, pesquisas e avaliação dos serviços públicos junto aos cidadãos.

⁷ Disponível em: <https://decidim.contagem.mg.gov.br/?locale=pt>. Último acesso em 20/09/2022

participação nos territórios da cidade, através da criação de conselhos regionais⁸.

2.1 Conhecendo a Plataforma Decide Contagem

A Prefeitura de Contagem iniciou, em meados de janeiro de 2022, ações para para aprimorar e consolidar o Sistema Municipal de Participação Popular e Cidadã de Contagem (SMPPCC). Como resultado, foi implementada a plataforma web de participação popular, chamada Decidim, baseada em software livre e código aberto (*free software and open source*) mantida pela comunidade Decidim em todo mundo e com sede em Barcelona na Espanha. Em Contagem, a plataforma recebeu o nome de “Decide Contagem”.

A concepção deste projeto foi realizada em conjunto com uma consultoria contratada junto ao Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação - INCT/ UFMG e os estudos para implementação da plataforma realizados pelo Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais - CDGP/FGV, após um diagnóstico da participação realizado nas oito regionais do município e inspirada nas plataformas de participação *on-line* das prefeituras de Madri e Barcelona⁹.

Ao acessar a plataforma Decide Contagem, o usuário verifica a partir de um computador pessoal, uma página inicial com menus distribuídos horizontalmente com três principais links que levam aos ambientes de *Processos de Participação*, *Sistema de Participação Popular e Cidadã* e *Meu Perfil Público*. Quando acessado de um smartphone, percebe-se que o layout é fluido e ajusta-se automaticamente à tela, suprimindo o menu à direita e mostrando uma barra de rolagem. Em aspectos gerais, a plataforma possui um sistema de cores institucionais com predominância do rosa e verde nos

⁸ No primeiro ano de governo houve significativo esforço para fortalecer e ativar os 33 conselhos de políticas públicas e de direitos existentes e o reforço no papel administrativo e político das oito administrações regionais, objetivando tornar a prefeitura mais próxima do cidadão, descentralizando os serviços e agilizando às respostas as demandas de intervenções urbanas.

⁹ O estudo de Penteadó e Souza (2019) propõe analisar as plataformas de participação online das prefeituras de Madri (Decide Madrid) e Barcelona (Decidim Barcelona)(PENTEADO E SOUZA 2019).

elementos visuais. Uma barra fixa no topo mostra a logo do governo, ao invés da logo da plataforma (que remete a página inicial do Decide Contagem), um campo de pesquisa, botões de inscrição e login para acesso à plataforma, seguindo padrões universais de usabilidade de telas.



Figura 1 – Interface da página principal da Plataforma “Decide Contagem”
Fonte: <https://decidim.contagem.mg.gov.br/>, (último acesso em 10/09/2022)

O ambiente *Processos de participação* é a interface onde ocorre toda interação entre cidadão e as atividades da democracia participativa. Nele, o usuário observa datas e locais onde ocorrem seminários, agendas comemorativas, discussões do orçamento participativo, conferências municipais e atividades de conselhos (de políticas, de direitos e regionais). Durante aproximadamente os sete primeiros meses do lançamento da plataforma, 22 processos participativos foram inseridos e foram acompanhados por 740 usuários, média de 33,6 usuários por processo.

Já o ambiente *Sistema de participação popular e cidadã*, tem caráter informativo e participativo das atividades das assembleias de conselhos de políticas públicas e conselhos regionais. Os primeiros são canais institucionais, permanentes, autônomos, formados por representantes da sociedade civil e do poder público, cuja atribuição é propor diretrizes das políticas públicas, fiscalizá-las, monitorá-las e deliberar sobre elas. São 33 ao todo, seguidos por

23 usuários. O segundo, refere-se aos conselhos das administrações regionais do município, 8 no total, seguidos por 25 usuários. Sua função é servir como uma porta de entrada dos cidadãos para a administração municipal.

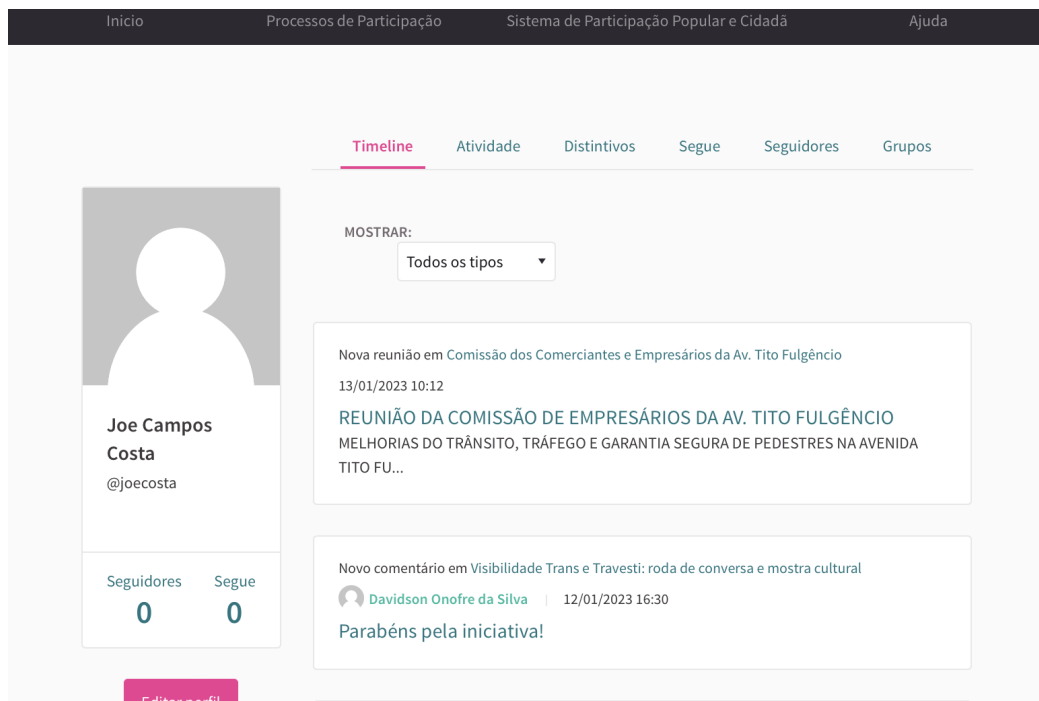


Figura 2 – Interface do ambiente Meu Perfil Público da Plataforma “Decide Contagem”
Fonte: <https://decidim.contagem.mg.gov.br/>, (último acesso em 11/01/2023)

Por fim, o ambiente *Meu Perfil Público* está acessível aos usuários que se cadastram na plataforma como forma de organização do seu cotidiano de participação pública. Como uma rede social, concentra as atividades inscritas pelo usuário na plataforma, organiza uma agenda das próximas atividades e permite criar grupos para discutir assuntos de interesse coletivo. Possui uma abordagem de engajamento que premia com distintivos de acordo com a quantidade de atividades do usuário, por exemplo, quantidade de participação em reuniões, número de seguidores, número de propostas aceitas, entre outros.

3 Considerações metodológicas e a análise da Plataforma Decide Contagem

No âmbito das instituições públicas, a internet impulsionou a emergência de variadas iniciativas de democracia digital¹⁰. Fazem parte deste universo os fóruns, os aplicativos institucionais, as consultas públicas e a produção de matérias legislativas, além da utilização de ambientes *on-line* para processos

Quadro 1 – Critérios de avaliação democrática e sua operacionalização

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DEMOCRÁTICA	
Engajamento	Potencial de maior convergência entre representantes e representados
Transparência	Clareza nas formas e dinâmicas dos tipos de participação disponíveis; Clareza na disponibilidade de dados da gestão; Comprometimento com a transparência dos processos, projetos e gestores;
Conflitos e Consensos	Conflitos em espaços de opinião são moderados; O consenso é estabelecido através de comentários e adesões por apoio e voto;
Igualdade Política	Igualdade de acesso às informações; Necessário cadastro e situação eleitoral regular para proposição e direito a voto;
Controle comunitário	Gestões comprometidas na aplicação dos resultados finais.

Fonte: elaboração própria, adaptado de Penteadó e Souza (2019).

de deliberação pública. Souza (2020), aponta que a participação política em contextos locais caracteriza-se por deliberar problemas ou questões de interesse em nível comunitário. É nesse espaço o primeiro local de vivência do cidadão e é importante observar, nesse ponto, que essa participação, ainda que de cunho sociopolítico, está muito além de temas meramente partidários. Ela diz respeito principalmente às necessidades, interesses e sonhos de uma sociedade que circula e experimenta a vida em um determinado lugar, governado por determinadas forças políticas.

Neste estudo, apresentamos uma avaliação de uma experiência de inovação de participação política e cidadã realizada pela prefeitura de Contagem - a Plataforma Decide Contagem. A metodologia compreendida

¹⁰ Por democracia digital, compreende-se o “emprego de tecnologias digitais de comunicação com o objetivo de corrigir, incrementar ou incorporar novos procedimentos ao processo político, no sentido de melhor atender a um ou mais princípios da democracia”. (GOMES, 2011, p.27-28).

replica os estudos de Penteado e Souza (2019) e sua proposição teórico-metodológica de avaliação de experiências de inovações em e-participação, realizadas pelas prefeituras de Madri e Barcelona, adaptadas a partir de Macintosh e Whyte (2008). A proposta avalia duas dimensões dos projetos: 1) os critérios de avaliação, dentro de 3 três perspectivas sobrepostas: democrática, projeto e sócio-técnico; e 2) a participação dos atores envolvidos. No quadro 1 representamos os critérios avaliativos democráticos.

Considerando os critérios de avaliação democrática da plataforma Decide Contagem, nos primeiros sete meses de funcionamento, pode-se afirmar que existe grande potencial de engajamento. A clareza das informações é atendida pelo layout do site em cada um dos seus ambientes e pela inserção dos conteúdos. Possui um sistema de indexação que permite ao usuário chegar nas páginas por diferentes caminhos. É possível facilmente localizar informações, filtrá-las por contexto e acessá-las prontamente. Por exemplo, no ambiente *Sistema de Participação Popular e Cidadã* há filtros das regionais administrativas que permitem ao usuário encontrar informações sobre todas as comissões e temáticas daquela determinada região, o que permite observar um potencial de aproximação entre gestores e as agendas de participação, mesmo estas não estando organizadas por temáticas ou processos locais e municipais. Porém, não encontramos informações sobre contatos telefônicos, e-mails ou endereços dos órgãos ou setores envolvidos. Ainda, no ambiente *Processos de Participação*, a transparência é garantida pela disposição estruturada das agendas, eventos, conferências e todos os dados dos projetos, de seus gestores, as datas, locais e endereços. A transparência precisa ser analisada por cada ambiente da plataforma. Se considerarmos os dados gerais de processos e conselhos, afirmamos que os dados que estão disponíveis fornecem informação relevante. Porém, nos processos de votação, embora apresente-se estatísticas na página, não é possível auditá-las por baixar os

microdados em CSV prejudicando a transparência.¹¹ Da mesma forma, o link geral para baixar o conteúdo Open Data fornece arquivos CSVs vazios, sem conteúdo.¹²

No quesito Igualdade Política, a plataforma atende parcialmente aos critérios, pois o acesso a todas as informações disponíveis na plataforma não possui restrições, o que promove maior engajamento, porém, por outro lado apresenta um risco, pois o domicílio eleitoral não é verificado como ocorre em Madri e Barcelona, o que poderia abrir brechas para manipulação de interesses de pessoas sem vínculo com o município. Já em relação ao controle comunitário, até o momento, a plataforma realizou um processo de tomada de decisão referente a "Votação do 11º Prêmio Milton de Freitas" com participação de 40 usuários, 44 seguidores, 3.568 respostas e 20 postagens. Não fica claro, à primeira vista, se o número de respostas indica a quantidade de votos. A plataforma não apresenta elementos que permitem uma avaliação do ambiente no âmbito de consensos e conflitos ou de controle comunitário, devido à diversidade de eventos, temas e agendas e poucas informações sobre as regras que mediam as relações entre representantes e representados, gestores e cidadãos ou ainda sobre os resultados das propostas e consultas objeto de deliberação.

Os critérios de projeto e sociotécnico que consideramos para essa pesquisa estão representados no quadro 2.

Quadro 2 – Critérios de Projeto e Sociotécnico

¹¹ Foram feitas quatro tentativas usando-se dois navegadores distintos, Firefox (107.0.1 64-bit) e Safari (Version 16.0). A mediação de consensos e conflitos não se enquadrou nessa pesquisa, pois não há, até o momento, na Plataforma Decide Contagem, algum local reservado para debates.

¹² <https://decidim.contagem.mg.gov.br/open-data/download> acesso em 14/1/23

CRITÉRIOS DE PROJETO E SOCIOTÉCNICO

Envolvimento de um público mais amplo

O uso da ferramenta depende de iniciação e prática.

Usabilidade e eficiência das ferramentas utilizadas

Navegação fluida;
Informações objetivas;
Plataforma estável;

Fonte: elaboração própria, adaptado de Penteado e Souza (2019).

A plataforma foi divulgada por meio de um seminário internacional e reportado em noticiários da região.¹³ Passados sete meses desde seu lançamento, os déficits democráticos de participação merecem atenção do comitê gestor da plataforma para ampliar o uso da plataforma pelo cidadão comum, não apenas dos auto-motivados, como se observou na participação das experiências de OP. É importante levar ao cidadão a possibilidade de uma participação política, seja ela de âmbito municipal ou regionalizada, de dentro para fora, capaz de reforçar a capacidade dos cidadãos em pensar e contribuir com os assuntos que lhe cercam e, também, aqueles de caráter mais coletivo, um dos objetivos da implementação de plataforma online que abranja todas as ações políticas e instâncias de participação municipal.

Em relação a usabilidade técnica, a plataforma é um software livre de código aberto que é utilizado em todo o mundo. Isso permite que ela esteja sempre em atualização. Neste sentido, as funcionalidades são estáveis desde que sempre atualizadas pela equipe técnica da Prefeitura de Contagem. Não verificou-se módulos ativos que permitam a leitura em alto contraste para pessoas com baixa visão. Sobretudo, a plataforma foi construída respeitando-se os parâmetros técnicos que permitem sua navegação por leitores de tela para pessoas cegas. A plataforma está em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados e exibe sua política de privacidade pelo uso de cookies

¹³ Disponível em <<https://www.portal.contagem.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/75300/contagem-promove-seminario-para-debater-dados-abertos-e-participacao-popular/>>, último acesso em 10/09/2022.

identificadores do perfil de navegação para confirmação do usuário. De um modo geral, a navegação é dinâmica e objetiva em cada etapa, com layout fluido que se adapta a diferentes tipos de telas.

Por fim, a outra dimensão do projeto é avaliada pelos atores envolvidos em iniciativas de participação política que são aqueles que “se mobilizam em torno das confluências do comum. Estes atores se dividem entre cidadãos aptos a votar, gestores do executivo (prefeita, secretários e servidores) e os vereadores” (PENTEADO E SOUZA, 2019, p.15). A plataforma Decide Contagem, ainda não possui muitos processos de votação que permitam uma maior participação de diferentes atores. Porém, a página do usuário permite que ele crie grupos temáticos para discutir questões coletivas e levá-las a outras instâncias decisórias. À medida que a plataforma amadurece, novos estudos poderão se debruçar sobre a dimensão de análise “Participação dos atores envolvidos”. A continuidade da divulgação e treinamento dos coletivos para seu uso poderá tornar esta função promissora no médio e longo prazo permitindo que os cidadãos auto-organizados realizem proposições de seu interesse.

4 Considerações finais

O esforço empreendido buscou compreender o papel e o compromisso da gestão com a cidadania participativa do município de Contagem. Destacamos que se faz necessária uma adequação e alargamento da utilização da plataforma no município, no sentido de se compreender as demandas regionalizadas dos cidadãos e, por sua vez, informar sobre a organização da gestão nos territórios, possibilitando assim um canal orientado de participação a nível comunitário que teria como consequência, a inclusão de um volume maior de cidadãos nos processos participativos e um maior conhecimento e controle comunitário sobre a gestão. Acreditamos que a Plataforma em estudo apresentará, no médio e longo prazo, mudanças significativas na qualidade da participação, tendo em vista que ela faz parte de uma proposta de organização do Sistema Municipal de Participação Popular e

Cidadã - SMPPC - que consiste na efetivação e na aproximação dos conselhos de políticas públicas e de direitos dos cidadãos não organizados em movimentos ou instituições sociais, como a classe média ou a juventude, contribuindo para a ampliação de atributos cívicos que permitiriam mais identificação da população com os assuntos do município ao concentrar na plataforma toda a agenda que envolve a participação popular da cidade. O município de Contagem, com o sistema de participação, caminha para um processo de aprimoramento da cidadania, com vantagens que incluem o aprimoramento da regionalização e da descentralização administrativa e a reflexão das desigualdades sistêmicas.

Referências

- AGGIO, Camilo. **Os candidatos ainda evitam a interação? Twitter, Comunicação Horizontal e Eleições Brasileiras**. E-Compós (Brasília), v. 18, p. 1-22, 2015.
- Barros, S., & Carreiro, R. (2015). **A discussão pública e as redes sociais online: o comentário de notícias no Facebook**. *Fronteiras-estudos midiáticos*, 17(2), 174-185.
- CARDON, D. **A democracia internet - promessas e limites**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012. Cap.1 (p. 07-30)
- Gomes, W. (2004). **Transformações da política na era da comunicação de massa**. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus.
- GOMES, Wilson. 20 anos de política, **Estado e democracia digitais: uma cartografia do campo**. In: Silva, S.P.; Bragatto, R.C.; Sampaio, R.C. (Org.). *Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática*. Rio de Janeiro, Editora Letra & Imagem, 2016, p. 25-45.
- MAIA, R. C. M. **Conversação Cotidiana e deliberação**. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. *Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.
- MAIA, Rousiley. **Representação política de atores cívicos Entre a imediatividade da experiência e discursos de justificação**. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 97-112, 2012.
- MARQUES, A. **Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação online**. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 6, p. 19-40, jul./dez. 2011.

MATOS, E; BARROS. S; CARREIRO, R. "**Ouvindo nosso bairro**": um estudo sobre a participação política local por meio de multiplataformas. in: *Comunicação e política: interfaces em esferas regionais*. São Luís: EDUFAMA, 2019. p. 203-227.

MATOS, Eurico Oliveira. **Democracia Digital Móvel: Explorando o uso de aplicativos para fins democráticos no âmbito do Governo Federal Brasileiro**. In: IX Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber), 2016, São Paulo. Anais eletrônicos do IX Simpósio Nacional da ABCiber. Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura. PUC-SP, 2016, 2016. p. 1-20

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Penteado, Claudio Luis de Camargo Penteado; SOUZA, P. R. E. . eParticipação e Deliberação ? Comum?: análise das plataformas Decide Madrid e Decidim Barcelona. In: Compolítica 8, 2019, Brasília. Anais do Compolítica 8. Brasília: UnB, 2019. p. 1-25

RESCHKE, A. ; METZNER, C. ; CUNHA, P. S. . **Orçamento Participativo de Contagem**. Democratizando o Urbano: Formas Ampliadas de Participação no Brasil Democrático. 1ed. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG, 2010, v. , p. 87-119.

STROMER-GALLEY, Jennifer. **Decoding deliberation online**. In.: Second Conference on Online Deliberation, Palo Alto, California, *Anais...* California: Online Deliberation, mai. 2005